

Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário

Added Value in the Rural Agro-industries: an analysis based on the Agricultural Census data

Agregación de Valor en las Agroindustrias Rurales: un análisis basado en los datos del Censo Agropecuario

Marcio Gazolla*, Paulo André Niederle** e Paulo Dabdab Waquil***

RESUMO

O artigo discute a agregação de valor na agroindústria rural brasileira. As informações são provenientes de tabulações derivadas dos microdados do Censo Agropecuário, as quais permitiram construir uma comparação setorial e macrorregional. Para tanto, dentre o amplo conjunto de atividades de transformação e beneficiamento aferidas pelo levantamento censitário, foram selecionados nove produtos industrializados nos estabelecimentos rurais (aguardente de cana, doces e geleias, farinha de mandioca, fubá de milho, panificados, queijo e requeijão, rapadura, embutidos e tapioca). A discussão focaliza as inter-relações entre os resultados quantitativos oriundos do cruzamento de variáveis como valor da produção, valor de venda e valor agregado, e as particularidades de diferentes contextos socioeconômicos e político-institucionais encontrados nas diferentes macrorregiões e cadeias de valor. Apesar das distintas dinâmicas territoriais e setoriais reveladas, os resultados convergem para ratificar a importância da agroindústria rural como estratégia de agregação de valor e desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agroindústria rural. Valor agregado. Censo Agropecuário.

ABSTRACT

The paper discusses the added value in the Brazilian rural agro-industries. The information is derived from tabulations based on Agricultural Census microdata, which allowed us to construct a sectorial and macro-regional comparison. Among the wide set of manufacturing and

* Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorando em Desenvolvimento Rural na mesma universidade. Professor da Universidade de Santa Maria (UFSM). E-mail: marciogazolla@ibest.com.br

** Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA- UFRRJ). Professor adjunto do Departamento de Economia Rural e Extensão e do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: paulo.niederle@yahoo.com.br

*** Doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin - Madison, WISC, Estados Unidos. Professor associado do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: waquil@ufrgs.br

Artigo recebido em novembro/2011 e aceito para publicação em janeiro/2012.

processing activities measured by the census, we selected nine processed products in the rural establishments (aguardente, jams and jellies, cassava flour, corn meal, bread, cheese and cream cheese, rapadura, sausage and tapioca). The discussion focuses on the interaction between the quantitative results from variables such as production value, trade value and value-added, and the particularities of the different economical, political and institutional contexts found both in the macro-regions and value chains. Despite the different sectorial and territorial dynamics, the results support the importance of the rural agroindustry as strategic activity for adding value and rural development.

Keywords: Rural agro-industries. Value-added. Agricultural Census.

RESUMEN

El artículo analiza el valor añadido en la agroindustria rural brasileña. Las informaciones provienen de tabulaciones estadísticas de los microdatos del Censo Agropecuario, que permiten hacer una comparación sectorial y macrorregional. Entre la extensa gama de actividades de transformación y procesamiento agroalimentario mensuradas por el censo, fueron seleccionados nueve productos fabricados en los establecimientos rurales (aguardiente, dulces y confituras, harina de mandioca, harina de maíz, panes, quesos, rapadura, embutidos y tapioca). La discusión focaliza las interrelaciones entre los resultados cuantitativos concernientes a las variables de valor de producción, valor de venta y valor añadido y las peculiaridades de los diferentes contextos socioeconómicos y político-institucionales que se encuentran en las microrregiones y cadenas de valor. A pesar de las diferentes dinámicas sectoriales y territoriales reveladas, los resultados ratifican la importancia de la agroindustria rural como estrategia de agregación de valor y desarrollo rural.

Palabras clave: Agroindustria rural. Valor añadido. Censo Agropecuario.

INTRODUÇÃO

Um conjunto de desafios tem se apresentado ao desenvolvimento da economia brasileira nos últimos anos, muitos dos quais intimamente relacionados à agricultura e ao meio rural. Em primeiro lugar, reacende-se um debate em torno da problemática socioambiental, o qual reposiciona cada vez mais ao centro da agenda do desenvolvimento uma série de indagações sobre a possibilidade de equalizar sustentabilidade e as metas de crescimento da economia. Um segundo desafio diz respeito à necessidade de inovar na trajetória de desenvolvimento econômico como forma de superar o que autores como Carneiro e Matijascic (2009) denominam risco de “primarização da economia brasileira”, um suposto efeito indesejado relacionado ao fato de esta se desenvolver de modo crescentemente atrelado à produção e exportação de matérias-primas (*commodities*) que não sofrem transformações substanciais.¹

Um terceiro desafio diretamente atrelado aos dois anteriores concerne à criação de novos mecanismos de agregação de valores aos produtos agropecuários. Em outras palavras, está em curso um profícuo debate acerca da constituição de mecanismos inovadores, capazes de sustentar as metas de crescimento econômico, ampliando e diversificando o segmento agroindustrial de processamento, mas com uma preocupação fundamental com a sustentabilidade das práticas produtivas e a conservação dos recursos naturais. Com efeito, esse desafio traz novamente à tona uma reflexão primordial sobre o papel da agricultura, do setor agroindustrial e do meio rural no processo de desenvolvimento, focalizando novas formas de adição de valor aos produtos agrícolas. É notadamente nesse escopo que emerge o debate sobre o papel das agroindústrias rurais. Ao mesmo tempo em que ampliam a capacidade de reprodução de importantes segmentos sociais e econômicos como a agricultura familiar, essas agroindústrias se consolidam como uma estratégia endógena de ampliação do valor agregado às matérias-primas, alimentos e fibras no interior dos espaços rurais.

De maneira geral, essas experiências de agregação de valor relacionadas à transformação agroindustrial no espaço rural apresentam um conjunto de características básicas, a saber: (a) visam adicionar valor às matérias-primas, fibras e alimentos produzidos pelas próprias unidades de produção, principalmente na agricultura familiar; (b) produzem alimentos que podem ser definidos exclusivamente como transformados, mas geralmente também carregam consigo especificidades qualitativas derivadas das particularidades dos valores sociais, culturais e ecológicos que portam; (c) são iniciativas que utilizam de pequena e média escalas quando ligadas à agricultura familiar e de maiores escalas quando associadas a

¹ Uma situação que na literatura econômica também se relacionou à dependência de algumas economias a apenas um produto de exportação e ficou conhecida pelo termo *dutch disease* (doença holandesa). Este risco de primarização, associado sobretudo à pauta de exportações, tem sido objeto de intenso e controverso debate nos anos recentes. Entre outros, ver Sicsú (2008) e Negri e Alvarenga (2011).

estabelecimentos rurais patronais; (d) os alimentos podem ser utilizados tanto para o autoconsumo familiar como para a venda – mas, quando acessam os mercados, dirigem-se principalmente às cadeias curtas e aos circuitos de proximidade social e territorial, e (e) possuem uma relação controversa com as instituições reguladoras da produção, distribuição e consumo, uma vez que operam segundo lógicas produtivas diferenciadas da produção industrial *stricto sensu*.

Este artigo visa subsidiar essa discussão a partir de uma análise dos dados censitários referentes à agregação de valor na agroindústria rural, assim definido um amplo conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários, de origem animal ou vegetal, realizadas pelos produtores rurais em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matérias-primas produzidas no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores (IBGE, 2006).

O foco da análise recai sobre uma comparação setorial em nível de macrorregião, definindo um conjunto de alimentos transformados (nove produtos devidamente justificados na metodologia), além dos dois segmentos de agricultura existentes no meio rural brasileiro e reconhecidos pelo próprio levantamento censitário: familiar e não familiar. É com base nas suas distinções que se realiza parte da análise dos dados das agroindústrias rurais familiares e não familiares. A discussão concentra-se nas inter-relações entre os resultados quantitativos referentes ao cruzamento de variáveis como valor da produção, valor de venda e valor agregado e as particularidades de diferentes contextos socioeconômicos e político-institucionais encontrados tanto no âmbito da macrorregião quanto na lógica em que são constituídas as diferentes cadeias de valor.

É importante desde já ressaltar que este artigo compõe um conjunto de estudos conduzidos no âmbito de um projeto de cooperação técnica estabelecido entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Os resultados apresentados são provenientes de cruzamentos específicos executados pelos técnicos do IBGE a partir da base de dados primária e cujas variáveis serão discriminadas a seguir. Ademais, é mister salientar que o artigo segue as mesmas opções teórico-metodológicas referentes à delimitação da agroindústria rural e à escolha dos produtos que foram discutidas em trabalhos anteriores.²

Com relação à estrutura do artigo, a análise está organizada em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção encontra-se uma breve discussão teórica a respeito da problemática da agregação de valor na agroindústria rural. A seção subsequente apresenta as opções metodológicas e as variáveis específicas ao

² Ver Niederle *et al.* (2011) e Bastian *et al.* (2011). Ressalta-se, ainda, que o artigo segue as mesmas definições e categorias utilizadas pelo IBGE para levantamento censitário. Uma discussão acerca dos limites e possibilidades que este tipo de opção metodológica impõe à análise também pode ser encontrada nos trabalhos supracitados.

estudo aqui empreendido. Na terceira parte apresentam-se as tabulações dos dados para o conjunto de produtos escolhidos e discutem-se os principais resultados obtidos. Por fim, têm-se algumas conclusões do estudo.

1 AGREGAÇÃO DE VALOR NA AGRICULTURA: uma breve revisão teórica

O interesse analítico pela agroindústria rural se estabelece, sobretudo, pelo vínculo que a atividade constitui com processos de desenvolvimento rural ancorados na geração de valor agregado e emprego produtivo. Isso é ainda mais notório e relevante para uma literatura que, ao longo das duas últimas décadas, ocupou-se de uma profícua discussão acerca das especificidades socioculturais e econômicas que garantem capacidade de resiliência às formas familiares de produção, as quais constroem espaços de manobra e estratégias reprodutivas para enfrentar as pressões estabelecidas pelo processo de oligopolização do sistema agroalimentar.

Um dos principais expoentes desse debate, Ploeg (2008, p.60) esboça uma definição de valor agregado como uma das características centrais daquilo que define como “condição camponesa”. Segundo o autor, a reprodução de determinados segmentos da agricultura familiar depende da capacidade de se orientarem para a produção e ampliação do valor agregado, fortalecendo, para tanto, a base de recursos endógena às unidades de produção. Para Ploeg, a condição camponesa seria o resultado de cinco características principais: i) os camponeses possuem uma base de recursos quase sempre limitada; ii) a mão de obra das unidades de produção ser abundante, mas os objetos de trabalho e outros fatores de produção serem escassos; iii) os recursos sociais e materiais dos camponeses representarem uma unidade orgânica indivisível; iv) a centralidade do trabalho individual, familiar e coletivo qualificado e de baixo custo; v) uma reprodução social relativamente autônoma e historicamente garantida, sendo pouco mercantilizada. Essas características do “modo camponês de fazer agricultura” possibilitariam a obtenção de montantes superiores de valor agregado.

Ao encontro dos argumentos anteriores, Mior (2007, p.13) afirma que dois aspectos são centrais à viabilização da agregação de valor na agroindústria rural. O primeiro decorre do fato de os agricultores utilizarem seus próprios recursos, força de trabalho, processos artesanais e a pequena escala de produção para viabilizar a atividade de processamento. O segundo diz respeito ao uso do saber-fazer enraizado em uma cultura regional. Esse conhecimento dos agricultores é importante para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, os quais obtêm junto aos consumidores uma representação de qualidade distintiva, sobretudo se comparados aos produtos da grande distribuição agroalimentar. Essa diferenciação constitui um fator estratégico para estes alimentos se beneficiarem comercialmente de uma imagem artesanal, colonial, agroecológica, local, dentre vários outros atributos que lhes proporcionam acesso a mercados específicos que garantem maior margem de valor adicionado.

Mior (2005) aponta ainda para uma série de atributos que definem o modo específico como os agricultores realizam a agregação de valor em suas agroindústrias

famílias rurais. Segundo o autor, os seguintes aspectos podem ser elencados como característicos dessa forma de produção e trabalho: i) localização no meio rural; ii) utilização de máquinas, equipamentos e escalas menores; iii) procedência própria da maior parte das matérias-primas processadas ou utilização daquela produzida por vizinhos; iv) processos artesanais próprios de fabricação dos alimentos; v) utilização de mão de obra familiar; vi) existência de empreendimentos associativos entre famílias com grau de parentesco ou individuais, e vii) internalização crescente dos aspectos regulatórios e fiscais nos empreendimentos.

Consideradas essas características, as quais remetem à essência da organização da unidade familiar de produção, pode-se trazer novamente à tona um importante debate empreendido entre os estudiosos rurais brasileiros no final da década de 1990 sobre o estatuto teórico da atividade agroindustrial.

Com efeito, Wilkinson e Mior (1999, p.28) criticam a abordagem do “novo rural brasileiro” na medida em que esta situa as pequenas agroindústrias rurais como parte das atividades “não agrícolas”. Para os autores, as atividades de processamento agroalimentar estão longe de constituir um “novo rural”, haja vista serem quase tão antigas quanto a própria agricultura. Os autores defendem que sua inclusão nesta rubrica obscurece o surgimento de um novo tipo de valorização do espaço rural para o qual estes estudos têm chamado atenção e que deve ser levado em conta nas políticas locais e regionais. Ainda de acordo com os autores, o sentido principal destas iniciativas de agroindustrialização é o de agregar valor às próprias matérias-primas produzidas na propriedade rural.

Por sua vez, Maluf (2004) alude que essas atividades agroalimentares são essenciais à reprodução social digna das famílias, uma vez que constituem fonte direta de renda monetária, além de servir para o autoconsumo, o que estaria diretamente relacionado à sua segurança alimentar. Afirma ainda que a agroindustrialização oferece suporte a atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias, mas não deveriam ser confundidas com atividades não agrícolas, coincidindo, neste ponto, com os argumentos acima elencados. O equívoco de separar a agroindustrialização da atividade agrícola expressar-se-ia, sobretudo, na medida em que esta fornece a base necessária ao desenvolvimento da atividade de processamento e transformação.

Nessa perspectiva, Maluf (2004) destaca que essas iniciativas geralmente se reproduzem porque conseguem estabelecer uma estrutura produtiva e lógica organizacional que permite produzir a própria matéria-prima agrícola, agregando valor através do processamento, de forma individual ou associativa. Ademais, no caso das unidades familiares cabe notar que elas geralmente realizam o processamento agroalimentar como uma entre diversas outras atividades econômicas, sempre observando a combinação dos recursos (insumos, trabalho, capital etc.) com o conjunto dos processos reprodutivos. Assim, muitas buscam manter a diversificação como base de uma organização que visa reduzir o grau de vulnerabilidade face às contingências da produção agrícola e dos próprios mercados agroalimentares. (NIEDERLE; WESZ, 2009).

Outro autor que desenvolveu pesquisas visando compreender estas iniciativas de agregação de valor nos empreendimentos rurais familiares é Prezotto (2002a, 2002b), para o qual as agroindústrias rurais de pequeno porte surgem como uma alternativa que concilia sustentabilidade social, econômica e ambiental, e supera a lógica estritamente agrícola dos processos de desenvolvimento. Neste sentido, o autor destaca que os empreendimentos se reproduzem com base em três atributos fundamentais: (a) a pequena escala de processamento dos alimentos; (b) um modelo de agroindustrialização descentralizado, haja vista que estes empreendimentos pulverizam-se nos diferentes espaços rurais, e (c) as unidades agroindustriais se desenvolvem com uma perspectiva emergente de “qualidade ampla”, a qual considera outros aspectos além daqueles estritamente normativos e regulamentares formais para definir os padrões qualitativos dos alimentos. De outro modo, essa noção de qualidade ampla traz consigo aspectos valorativos como os ecológicos, sociais e culturais, todos fortemente enraizados na lógica produtiva das agroindústrias rurais familiares (WILKINSON, 2008).

Prezotto (2002b) elenca outros aspectos que caracterizam o processo de agregação de valor em agroindústrias de pequeno e médio portes: i) a propriedade e a gestão são feitas pelo grupo familiar e/ou com grupos coletivos de famílias; ii) a produção das matérias-primas é familiar e/ou do grupo associado, ou ainda comprada em pequenas quantidades de vizinhos e outros agricultores locais; iii) a mão de obra é predominantemente familiar, podendo contar eventualmente com empregados contratados; iv) as tecnologias utilizadas são adequadas à escala produtiva, proporcionando viabilidade econômica das unidades e qualidade diferenciada aos alimentos; v) sua localização é predominante nos espaços rurais, e vi) organizam-se formando redes de atores coletivos para superar entraves diversos, sobretudo de comercialização.

Em suma, todos os autores acima referidos mencionam a agregação de valor como um argumento principal à estruturação de estratégias de desenvolvimento rural. A ideia que norteia a maior parte dos estudos sugere que as iniciativas de agroindustrialização deveriam ser dirigidas no sentido de adicionar maiores valores à produção gerada na dinâmica interna das propriedades rurais. A agregação de valor é entendida como um mecanismo para ampliar a margem de lucro econômico da atividade agrícola, uma vez que o acesso aos mercados geraria um “preço prêmio” e maiores rendimentos às famílias (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). Ao mesmo tempo, pode-se perceber como essa discussão direciona-se às “agroindústrias da agricultura familiar”, posto que os estudos ressaltam de modo recorrente a pequena e média escala existente, o uso da força de trabalho familiar e a existência de uma economia de proximidades como fatores quase determinantes ao desenvolvimento dessas iniciativas.

Para além desses elementos, é necessário argumentar que a agregação de valor também pode advir de efeitos indiretos relacionados à redução dos custos de produção e transação envolvidos em todos os elos da cadeia de processamento. Embora isso não seja uma novidade teórica, esse argumento sublinha um equívoco recorrente em desconsiderar aquelas situações em que as unidades agroindustriais de maior escala revelam custos muito próximos ao rendimento bruto obtido a partir

dos processos de transformação, o que torna pouco vantajosas tais operações de processamento (caracterizando deseconomias de escala).

Nesse sentido, expressar-se-ia algo similar àquilo que Ploeg (2008) denomina de trajetória de *squeeze*³ da agricultura, uma situação em que os custos produtivos estariam se aproximando continuamente aos montantes das rendas geradas com as atividades rurais, devido, sobretudo, ao crescente processo de externalização (compra de tecnologias, insumos, bens e produtos externos). Isso apenas ratifica a necessidade de, ao se analisarem os processos de agregação de valores via processos de transformação alimentar, para além de verificar o valor monetário bruto gerado, observar os custos de produção e de transação envolvidos nesses processos. Esta é uma situação particularmente importante, embora não exclusiva, à dinâmica dos médios e grandes estabelecimentos rurais, nos quais o consumo intermediário e a compra de matérias-primas provenientes de fora da unidade de produção frequentemente são mais expressivos.

2 OS DADOS CENSITÁRIOS E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Nesta seção são apresentadas as opções metodológicas, destacando as possibilidades e os limites concernentes ao tipo de informação analisada. A compreensão da agroindústria rural é uma tarefa particularmente desafiadora não apenas em virtude das complexas dinâmicas socioeconômicas que a atividade envolve, mas também pela própria imprecisão dos levantamentos censitários a seu respeito. Isso decorre fundamentalmente do fato de a unidade fundamental de análise ser o “estabelecimento agropecuário”, de onde deriva uma definição de agroindústria rural que abarca um amplo conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários independentemente do tamanho, tipo de estabelecimento (se patronal ou familiar)⁴, da destinação conferida ao produto (venda ou autoconsumo) e do volume processado.

Essa situação estabelece uma série de condicionantes à análise, começando pela própria amplitude da lista de produtos elencados pelo IBGE para compor a “agroindústria rural”. Ao todo são 32 produtos processados ou beneficiados que incluem desde carvão vegetal, carne verde, algodão em plumas, arroz descascado e café torrado, até produtos mais tradicionais às definições correntes de agroindústria rural, como são os casos dos embutidos, queijos, farinhas (de milho e mandioca),

³ A tradução para a palavra *squeeze* é “aperto”, “compressão” ou “estreitamento”. É a situação gerada a partir do processo de modernização da agricultura, em que os agricultores são comprimidos entre, de um lado, o aumento dos custos de produção de insumos e tecnologias externas à propriedade e, de outro, pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas e alimentos, gerando um processo de queda constante na rentabilidade das atividades produtivas. Para um aprofundamento dessa noção, consultar Ploeg (2008).

⁴ Neste artigo, em algumas passagens são comparados os valores agregados na agroindústria rural nos dois tipos de agricultura, familiar e não familiar, mas não se discutem detalhadamente suas dinâmicas diferenciais. Isso poderá ser encontrado em outro artigo (“Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa”), que será publicado pelo grupo de pesquisa do PGDR/UFRGS - IPEA.

panificados, rapadura, doces e geleias etc. A amplitude desta lista superestima a importância da agroindústria rural e cria dificuldades à compreensão das particularidades da atividade que, em alguns casos, revela-se muito similar às atividades da produção agropecuária *stricto sensu*. As “carnes verdes”, por exemplo, são produtos cujo único beneficiamento pode ter sido o abate e, talvez, a desossa do animal, uma atividade recorrente em muitas regiões brasileiras (destinada, sobretudo, à produção para autoconsumo) e que, por isso, torna o produto um dos itens da agroindústria rural mais recorrentes dentre todos os produtos.

Se, por um lado, as opções metodológicas limitam uma série de inferências, por outro elas criam possibilidades interessantes à análise, sobretudo quando se focaliza a dinâmica de diferentes cadeias produtivas. Uma das alternativas que estas informações possibilitam ao pesquisador é a redefinição do rol de produtos que conformam a agroindústria rural. Assim, face à impossibilidade de trabalhar com toda a gama de produtos listados pelo Censo Agropecuário 2006, e às próprias objeções a algumas categorias de produtos, foram selecionados, neste trabalho, nove produtos: fubá (farinha de milho), farinha de mandioca, tapioca (goma), queijo e requeijão, aguardente de cana, rapadura, pães e biscoitos, doces e geleias e embutidos. A seleção baseou-se nos resultados de estudos de caso que demonstram serem estes os principais produtos de processamento nas agroindústrias familiares rurais (MIOR, 2005; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2009; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, entre outros), além de possuírem as maiores importâncias produtivas, econômicas e macrorregionais dentre os dados do Censo Agropecuário 2006.⁵

Outra definição importante concerne ao escopo de variáveis a partir das quais se pode operar uma quantificação da agregação de valor na agroindústria familiar nos termos acima referidos na parte teórica do trabalho. No quadro 1 são discriminadas as variáveis básicas analisadas, muitas das quais dizem respeito a derivações de dados primários a partir dos quais o IBGE afere os valores da produção. Como pode ser verificado, seguindo a metodologia tradicionalmente utilizada pelo IBGE, os dados são separados por produto. Deste modo, eles permitem aferir valores totais (VAL_PROD) declarados pelo estabelecimento processador com referência a determinado produto, assim como o valor total derivado da venda do produto (VAL_VEND) e o valor total agregado do produto (VAL_AGREG). Igualmente, é possível verificar o valor total da produção de determinado produto agroindustrializado identificando se o mesmo refere-se à matéria-prima própria (PVAL_PROD) ou adquirida (AVAL_PROD).

Por fim, cabe esclarecer que uma das principais limitações que os dados impõem à análise da dinâmica da agroindústria rural nos termos anteriormente discutidos diz respeito à aferição dos custos de produção (o que o IBGE denomina de despesas). O levantamento censitário permite identificar apenas as despesas totais dos

⁵ Uma exceção importante diz respeito ao “vinho”. Embora exiba resultados significativos em termos de agregação de valor, esse produto não foi incorporado à análise porque sua produção está altamente concentrada em apenas uma região do País (Sul), de modo que se torna remota a possibilidade de um comparativo macrorregional nos termos empreendidos neste artigo.

estabelecimentos rurais que declararam a existência de produto agroindustrializado. Não é possível uma análise por produto e tampouco a compreensão dos custos específicos que incorrem nas atividades de transformação no estabelecimento agropecuário, sendo impossível a correta aferição dos custos ou despesas que incorrem na rubrica da agroindústria rural.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS

ESTAB	- Total de estabelecimentos com declaração de processamento do produto
CNPJ	- Do total de estabelecimentos, quantos possuem CNPJ
VEND_IND	- Valor total da venda da agroindústria dos estabelecimentos com o produto
VAL_A_IND	- Valor agregado total dos estabelecimentos com o produto
PVAL_PROD	- Valor da produção do produto proveniente de matéria-prima própria
AVAL_PROD	- Valor da produção do produto proveniente de matéria-prima adquirida
VAL_VEND	- Valor total aferido com a venda do produto
VAL_PROD	- Valor total da produção do produto
VAL_AGREG	- Valor agregado do produto

FONTE: Variáveis definidas pelo IBGE e selecionadas pelos autores (2011)

A aferição de custos na agroindústria rural sempre foi uma questão muito mais intrincada do que o levantamento da quantidade e valor da produção. Isso decorre da complexa engenharia que conforma, sobretudo, as agroindústrias familiares, onde não é recorrente uma divisão precisa do trabalho, dos insumos e do capital físico entre as distintas atividades agrícolas, de processamento e não agrícolas. Identificar, por exemplo, quanto tempo do trabalho familiar é despendido apenas nas atividades de processamento agroindustrial exigiria um esforço sistemático de levantamento que inviabilizaria a pesquisa censitária. Ademais, esse tipo de levantamento se depararia com a própria dificuldade de separar claramente as atividades agrícolas que dão suporte ao processamento (por exemplo, a produção das matérias-primas) e aquelas atividades consideradas estritamente agroindustriais, dependendo do grau de processamento ou beneficiamento do produto em questão. É o caso, novamente, da “carne verde”, que pode ser utilizada como matéria-prima para a produção de embutidos na mesma unidade de produção.

Outro aspecto relevante diz respeito à inexistência de dados referentes aos custos de transação, igualmente importantes para compreender mecanismos indiretos de agregação de valor. Portanto, uma análise mais criteriosa a partir do arcabouço analítico acima referido exigirá estudos empíricos específicos de experiências de agregação de valor, a partir dos quais seja exequível avaliar os diversos custos, rendas (bruta, líquida), valores agregados, dentre outros indicadores econômicos.

3 AGREGAÇÃO DE VALOR NAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS

A tabela 1 apresenta um primeiro conjunto de informações referentes a diferentes dinâmicas macrorregionais da agroindústria rural. Em primeiro lugar, pode-se notar a expressiva concentração deste tipo de estabelecimento nas Regiões Nordeste e Sul, corroborando os dados relativos aos principais produtos processados,

característicos dos sistemas agrários historicamente constituídos nessas regiões, principalmente pela predominância da agricultura familiar (tabelas 2 e 3). O que é comum a todas as regiões, ainda que alguma diferenciação possa ser notada, é o pequeno percentual de estabelecimentos formalmente registrados. Apenas na Região Sudeste o número de estabelecimentos com CNPJ supera 1%, ainda assim uma proporção inexpressiva em face do montante de estabelecimentos atuando de modo informal. De fato, essa é uma realidade já apontada em diversos estudos de caso que exploraram os conflitos entre os princípios sanitários que regem a legislação concernente a este tipo de empreendimento e a realidade econômica e sociocultural dos agricultores brasileiros (OLIVEIRA *et al.*, 1999, 2002; RAUPP, 2005; WILKINSON, 2008).

TABELA 1 - NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGROINDÚSTRIA RURAL, VALOR TOTAL DA VENDA E VALOR AGREGADO TOTAL DOS PRODUTOS AGROINDUSTRIAS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS - 2006

REGIÃO	ESTABELECIMENTOS			VALOR TOTAL DA VENDA [B] (R\$)	VALOR AGREGADO TOTAL [C] (R\$)	B/A	C/A	C/B (%)
	Total [A]	Com CNPJ	%					
Norte	82.761	244	0,29	535.996.040	78.132.396	6.476	944	14,6
Nordeste	281.083	1.192	0,42	1.159.930.140	161.606.313	4.126	574	13,9
Sudeste	60.794	791	1,30	797.321.947	88.970.316	13.115	1.463	11,2
Sul	133.372	869	0,65	270.099.996	31.280.336	2.025	234	11,6
Centro-Oeste	13.633	127	0,93	271.512.929	16.339.296	19.915	1.198	6,0
BRASIL	571.643	3.223	0,56	3.034.861.052	376.328.656	5.309	658	12,4

FONTE: IBGE - Censo Agropecuario (2006)

NOTA: Os dados aqui apresentados dizem respeito ao conjunto da agroindústria rural conforme definição do IBGE (2006), e não apenas aos nove produtos selecionados aqui descritos.

TABELA 2 - NÚMERO TOTAL E COM CNPJ DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGROINDÚSTRIA RURAL, VALOR DE VENDA E VALOR AGREGADO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO - BRASIL - 2006

PRODUTOS	ESTABELECIMENTOS			VALOR TOTAL DA VENDA [B] (R\$)	VALOR AGREGADO TOTAL [C] (R\$)	B/A	C/A	C/B (%)
	Total [A]	Com CNPJ	%					
Aguardente de cana	11.124	220	1,98	132.903.199	37.291.433	11.948	3.352	28,1
Doces e geleias	14.647	161	1,10	35.617.842	2.169.929	2.432	148	6,1
Farinha de mandioca	264.882	626	0,24	820.393.855	194.241.852	3.097	733	23,7
Fubá de milho	7.438	28	0,38	11.485.464	3.343.651	1.544	450	29,1
Pães, bolos e biscoitos	34.829	142	0,41	36.288.567	2.990.357	1.042	86	8,2
Queijo e requeijão	80.825	546	0,68	475.402.703	65.690.063	5.882	813	13,8
Rapadura	14.680	61	0,42	51.468.462	14.618.141	3.506	996	28,4
Embutidos	17.722	109	0,62	30.766.093	3.312.760	1.736	187	10,8
Goma ou tapioca	40.251	98	0,24	92.073.490	11.523.999	2.287	286	12,5

FONTE: IBGE - Censo Agropecuario (2006)

TABELA 3 - NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGROINDÚSTRIA, VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO PROVENIENTE DE MATÉRIA-PRIMA PRÓPRIA E ADQUIRIDA, VALOR TOTAL DA VENDA E DA PRODUÇÃO, E VALOR AGREGADO DO PRODUTO, SEGUNDO O TIPO DE PRODUTO - BRASIL - 2006

PRODUTOS	ESTABELECIMENTOS	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$)			VALOR DA VENDA (R\$)	VALOR AGREGADO (R\$)
		Total	Matéria-Prima Própria	Matéria-Prima Adquirida		
Aguardente de cana	11.124	135.670.556	112.646.967	23.023.586	122.393.978	34.832.867
Doces e geleias	14.647	18.856.613	13.532.976	5.323.651	17.216.345	-
Farinha de mandioca	264.882	1.055.037.764	941.980.767	113.057.135	758.785.248	182.030.128
Fubá de milho	7.438	8.708.134	5.704.780	3.003.365	4.551.971	1.987.648
Pães, bolos e biscoitos	34.829	26.916.449	13.427.511	13.488.956	15.965.300	-
Queijo e requeijão	80.825	486.885.881	411.017.741	75.868.177	430.170.290	59.285.362
Rapadura	14.680	40.007.585	35.607.194	4.400.395	34.996.865	10.791.037
Embutidos	17.722	19.315.075	12.478.184	6.836.897	11.570.407	-
Goma ou tapioca	40.251	56.460.941	48.637.937	7.823.040	36.543.276	-

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (2006)

Outra explicação para este fato está associada à perda, por parte dos agricultores, da condição de segurado especial da Previdência Social. Quando este assume em seu nome um CNPJ, institucionalmente tornam-se empresários sem benefício à aposentadoria rural, o que desencoraja a formalização. Em outros casos, os agricultores não fazem questão de se adequarem às normas tributárias vigentes devido aos altos custos associados a esse regime fiscal, como evidenciaram estudos no Sul do País (GAZOLLA, 2009). Uma terceira situação refere-se à agroindustrialização de forma coletiva, por meio da qual as cooperativas assumem estes custos. Neste caso, as agroindústrias individuais utilizam o CNPJ cooperativado, sem sofrerem os problemas mencionados.⁶

O conjunto de dados apresentados a seguir traz ainda informações relativas ao resultado monetário da produção nos estabelecimentos processadores, os quais dizem respeito ao conjunto das atividades agrícolas e de beneficiamento. Quando se analisa a agregação de valor à produção agropecuária dos estabelecimentos brasileiros, nota-se tanto uma diferenciação entre os segmentos produtivos, familiares e não familiares, quanto diferenças significativas entre as macrorregiões do País. De modo geral, os dados censitários revelam que as agroindústrias da agricultura familiar respondem pela maior parcela dos valores agregados à produção associados à transformação dos alimentos. Esse segmento social é responsável por 78,40% da agregação de valor, enquanto as agroindústrias da agricultura não familiar abarcam um percentual de 21,60%. Isso ratifica o peso mais expressivo dos estabelecimentos familiares neste tipo de estratégia de produção agroalimentar, como já mencionado por outros estudos (MIOR, 2005; WILKINSON, 2008; GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

Por sua vez, no que concerne às macrorregiões, a tabela 1 revela a heterogeneidade na agregação de valor realizada pela agroindústria rural. A Região

⁶ É o que ocorre, por exemplo, com as agroindústrias da Unidade Central de Apoio às Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF).

Nordeste destaca-se pelos números mais expressivos de valor total de venda da agroindústria (VEND_INDU) e valor agregado total dos estabelecimentos (VAL_A_IND). A região aparece em primeiro lugar, com 43% dos valores agregados aos alimentos. Em parte, isso se explica pela própria predominância dos estabelecimentos familiares nessa região, haja vista a agregação de valor ocorrer principalmente neste tipo de agroindústria. Com percentuais menores aparecem as Regiões Sudeste (24%) e Norte (21%). Em seguida vem a Região Sul, com 8%, e a Região Centro-Oeste, com apenas 4%. Destaca-se o baixo percentual de agregação de valores das duas últimas regiões, principalmente o Sul, que é a segunda região em nível nacional de predominância de estabelecimentos familiares.

Não obstante, essa ordenação altera-se na medida em que se passa a observar as médias de valor de venda [VEND_INDU/ESTAB] e valor agregado [VAL_A_IND/ESTAB]. Considerando os dados de valor de venda e valor agregado por estabelecimento, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste aparecem significativamente à frente das demais. Concentrando menor número de agroindústrias, a Região Centro-Oeste desponta com quase 20 mil reais de venda total e 2 mil reais de valor agregado por estabelecimento, médias bastante acima daquelas verificadas em âmbito nacional (5,3 mil reais e 658 reais, respectivamente). Na Região Sudeste, essas médias situam-se em 13 mil reais para valor de venda e 1,5 mil reais para valor agregado. Em seguida encontram-se as Regiões Norte, Nordeste e Sul.

Por fim, a última coluna da tabela 1 informa o percentual de valor agregado em relação ao valor total de venda [VAL_A_IND/VEND_INDU x 100]. Em termos de Brasil, nota-se que o valor agregado corresponde a 12,4% do montante do valor comercializado. As regiões onde essa proporção revela-se mais expressiva são Norte (14,6%) e Nordeste (13,9%), seguidas pelas Regiões Sul (11,6%) e Sudeste (11,2%). Já a Região Centro-Oeste revela a menor relação (6,0), o que, em tese, significa uma concentração do segmento de processamento em produtos com menores margens de valor adicionado. De outro modo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul seriam mais representativas de uma lógica produtiva que privilegia produtos potenciais à geração de níveis mais elevados de valor agregado, o que caminha ao encontro da discussão empreendida anteriormente sobre a condição a partir da qual determinados segmentos da agricultura familiar se inserem na atividade de agroindustrialização (menores escalas, mão de obra familiar, matérias-primas próprias e circuitos de comercialização que remuneram a qualidade diferenciada dos produtos).

Uma primeira explicação para essas diferenças macrorregionais deve ser buscada nas características intrínsecas aos estabelecimentos de processamento encontrados em cada contexto. De modo geral, as Regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam um setor agroindustrial mais capitalizado e com maiores escalas de produção, enquanto as Regiões Nordeste, Norte e Sul revelam a presença mais significativa de unidades familiares processando pequenas quantidades, não raro apenas para o autoconsumo familiar, o que reduz consideravelmente as médias de

valor comercializado e valor agregado por estabelecimento. Também influenciam fatores de ordem cultural que explicam essas diferenças, na medida em que esses alimentos costumam estar fortemente enraizados nos contextos regionais.

Associado a isso cabe ainda ponderar para o tipo de produto processado nessas regiões. Em artigos anteriores, definiu-se de maneira detalhada a diferença entre estabelecimentos familiares e não familiares, assim como o perfil da agroindústria rural nas distintas macrorregiões, abarcando o tipo de produto processado, volume de produção e canais de comercialização (ver BASTIAN *et al.*, 2011; NIEDERLE *et al.*, 2011). Os dados demonstraram a Região Sul com o maior número de produtores de queijos, doces, geleias, embutidos e panificados, enquanto produtos como farinha de mandioca, aguardente, fubá de milho, tapioca e rapadura são característicos dos estabelecimentos das Regiões Nordeste e Sudeste.

Ademais, mostrou-se uma dinâmica diferenciada das distintas cadeias produtivas nessas regiões, revelando diferentes níveis de concentração industrial e canais de venda para cada alimento. Algumas dessas informações serão retomadas doravante à medida que sejam úteis para analisar os dados apresentados nas tabelas 2 e 3, os quais fazem alusão especificamente a uma cesta de nove produtos escolhidos como representativos da agroindústria rural (devido ao maior grau de transformação das matérias-primas e sua importância produtiva e econômica) dentre o conjunto de 32 produtos agroindustrializados identificados pelo Censo Agropecuário 2006.

A tabela 2 identifica o número de estabelecimentos processadores para os nove produtos selecionados em nível nacional, assim como o percentual de estabelecimentos formalmente registrados. Novamente, a situação de informalidade repete-se em todos os produtos. Apesar de alguns produtos exibirem um número mais expressivo de estabelecimentos formais, em todos os casos a característica marcante é o alto índice de unidades de produção sem registro legal, considerando-se o CNPJ como parâmetro.

No que se refere aos dados sobre valor total de venda, valor agregado total dos estabelecimentos com processamento, nota-se uma interessante diferenciação que caminha ao encontro da discussão anterior: característica da Região Nordeste, onde se encontram mais de 177 mil dos 264 mil estabelecimentos rurais de processamento, a farinha de mandioca desponta como o produto de maior presença em estabelecimentos que, no seu conjunto, são responsáveis pela maior parcela dos valores totais de venda (VEND_INDU) e agregação de valor (VAL_A_IND). Isso não é difícil de entender face ao expressivo número de estabelecimentos produtores comparativamente aos demais produtos. Assim, o valor agregado total para os estabelecimentos com beneficiamento de farinha de mandioca desponta com um montante que supera todos os demais produtos somados. Cabe notar ainda que, dentre o número de estabelecimentos processadores de queijos no Brasil, 38% deles encontram-se na Região Sul. Por sua vez, no caso de produtos de panificação (pães, bolos e bolachas) e embutidos (salames, mortadela, linguiças), essa proporção representa, respectivamente, 92% e 98%.

Quando se analisam os valores de venda por estabelecimento (VEND_IND/ESTAB) para os produtos, a aguardente de cana destaca-se entre os demais (R\$ 11.948,00/estab.), sendo mais que o dobro do segundo colocado em valor. Em segundo lugar aparecem o queijo e o requeijão (R\$ 5.882,00). Depois estão a rapadura (R\$ 3.506,00) e a farinha de mandioca (R\$ 3.097,00), com valores muito próximos uma da outra. Com valores menores de venda vêm os doces e geleias, a goma ou tapioca, os embutidos, o fubá de milho e os pães, bolos e biscoitos. Estes produtos são comercializados em diferentes mercados, como se discutiu em trabalho anterior (NIEDERLE *et al.*, 2011).

A análise dos dados dos valores agregados por estabelecimento (VAL_A_IND/ESTAB) demonstram que, de maneira geral, o produto que possui o maior valor agregado é a aguardente de cana, com R\$ 3.352,00 por estabelecimento. Esse valor agregado pela aguardente é muito superior aos demais, por exemplo, se comparado ao segundo produto, que é a rapadura, com um valor de um terço da aguardente, com apenas R\$ 996,00 por estabelecimento. Estes dois produtos são derivados da cana-de-açúcar, mostrando a importância que a cultura possui para a agregação de valor nestas iniciativas em nível nacional. Com valores intermediários de agregação de valor estão o queijo e o requeijão (R\$ 813,00), a farinha de mandioca (R\$ 733,00) e o fubá de milho (R\$ 450,00). Enfim, com valores agregados menos expressivos aparecem a goma ou tapioca, os embutidos, os doces e geleias, e os pães, bolos e biscoitos. Estes dados são fundamentais, pois podem influenciar diferentes estratégias de agroindustrialização por produto junto às unidades familiares e regiões do País, tendo como base de decisão os valores agregados que os diferentes alimentos podem gerar em uma propriedade rural. Ademais, podem igualmente ser utilizados pelas políticas públicas, embasando os processos de planejamento e de intervenção junto a essas experiências.

Ainda pela análise dos dados da última coluna da tabela 2, é possível observar o percentual de valor agregado em relação ao valor total de venda por produto $[VAL_A_INDU/VEND_INDU \times 100]$. O produto com maior valor agregado na comercialização é o fubá de milho (29,11%), o qual apresenta, contudo, uma pequena diferença em relação à rapadura (28,40%) e à aguardente de cana (28,05%). Estes três produtos lideram os maiores percentuais agregados nas vendas. Em seguida aparecem a farinha de mandioca (23,67%), o queijo e o requeijão (13,81%), a goma ou tapioca (12,51%) e os embutidos (10,76%). Com menores valores estão os pães, bolos e biscoitos e os doces e geleias, que ficam abaixo de 10%.

A tabela 3 apresenta outro conjunto de dados que dizem respeito especificamente a valores de produção obtidos a partir do produto em questão. Inicialmente, analisam-se os dados referentes ao valor total da produção (VAL_PROD) e ao valor total aferido com a venda do produto (VAL_VEND). Ao se compararem as duas colunas, pode-se observar o percentual de valor gerado que efetivamente passou pelos mercados. Descontando o montante de venda do valor total $[VAL_PROD - VAL_VEND]$ também é possível identificar o valor que foi destinado ao autoconsumo

familiar ou à formação de estoques no próprio estabelecimento.⁷ Os produtos com maior percentual de venda são, respectivamente, doces e geleias (91,3%), aguardente de cana (90,2%), queijo e requeijão (88,3%) e rapadura (87,4%), seguidos por farinha de mandioca (71,9%), goma ou tapioca (64,7%), embutidos (59,9%), panificados (59,3%) e fubá de milho (52,2%) $[VAL_VEND \times 100 / VAL_PROD]$.

Como se discutiu, existe um amplo conjunto de condicionantes à comercialização desses produtos que necessitam ser analisados para explicar esses dados, os quais não podem ser retomados em detalhe no escopo deste artigo. Esses condicionantes abarcam desde as características de consumo do produto (uso, frequência, quantidade, ocasião), passando pela influência do contexto local ou regional em que se inserem os empreendimentos, até a configuração dos canais de comercialização (variando desde a venda direta à entrega para cooperativas ou empresas, passando pelos mercados institucionais), o que define diferenciais significativos de valor (NIEDERLE *et al.*, 2011).

Ademais, cabe ponderar que a parcela comercializada de alguns destes produtos pode ser subestimada em virtude das fragilidades da própria metodologia de levantamento censitário. Com receio de sanções em virtude da inadequação do estabelecimento às normas legais, sobretudo sanitárias, muitos agricultores ocultam do recenseador a quantidade e os valores reais de venda do produto, o que também pode incorrer em superestimação da parcela consumida. De modo geral, isso é mais frequente com produtos em que a legislação sanitária é mais rigorosa, como embutidos, derivados de leite e panificados, justamente aqueles que, dentre os produtos selecionados, encontram-se em maior proporção nas Regiões Sul e Sudeste.

Em segundo lugar, é importante destacar os números absolutos de valor produzido $[VAL_PROD]$, os quais revelam a farinha de mandioca como o principal produto dentre os nove selecionados, representando cerca de 1 bilhão de reais em valor total de produção para o conjunto dos estabelecimentos rurais. Em média, isso corresponde a quase 4 mil reais anuais por estabelecimento. Trata-se de um valor médio inferior àquele obtido pelos estabelecimentos de processamento de aguardente de cana (R\$ 12 mil) e queijo e requeijão (R\$ 6 mil), mas acima da média encontrada para produtos como rapadura (R\$ 2,7 mil), doces e geleias (R\$ 1,3 mil), fubá de milho (R\$ 1,2 mil), embutidos (R\$ 1,1 mil) e panificados (R\$ 772,00) $[VAL_PROD / ESTAB]$.

Outra informação essencial para a discussão que se empreende diz respeito ao valor da produção relacionada à procedência da matéria-prima, própria $[PVAL_PROD]$ ou adquirida $[AVAL_PROD]$. Conforme revela a tabela 3, em praticamente todas as categorias de produtos selecionados o montante de valor obtido a partir do processamento de matéria-prima própria supera aquele derivado de matéria-prima adquirida. Nos casos mais expressivos, o valor da produção proveniente de matéria-prima própria pode alcançar 8,3 vezes aquele obtido a partir de

⁷ No entanto, a partir dessa informação não temos condições de afirmar qual foi o destino exato dessa parcela não comercializada da produção.

matéria-prima adquirida, a exemplo dos dados relativos à farinha de mandioca [PVAL_PROD/AVAL_PROD]. Outros produtos, como rapadura e tapioca, também revelam valores mais elevados de matéria-prima própria (8,1 e 6,2, respectivamente). No caso da produção de queijos e de aguardente de cana, essa proporção situa-se em 5,4 e 4,8.

De modo geral, essa informação ratifica o argumento de autores que sustentam o desenvolvimento da agroindústria rural, notadamente aquela de âmbito familiar, como uma estratégia de agregação de valor associada à internalização de recursos produtivos, possibilitando criar uma base endógena e autocontrolada de insumos e matérias-primas. Como demonstram Niederle e Wesz Junior (2009, p.102), a partir de um estudo de caso na região de Missões no Rio Grande do Sul, “a agroindustrialização pode estar associada a processos de desmercantilização e internalização de recursos que visam ampliar a autonomia das unidades de produção”. A atividade emerge como uma estratégia de autonomização onde, ao mesmo tempo em que buscam afastar-se dos mercados de insumos a montante (e dos riscos das oscilações de preço, qualidade e regularidade de oferta), os agricultores inserem-se ativamente na construção de novos circuitos de comércio a jusante, sobretudo, em mercados diretos que lhes permitem apropriar uma parcela mais expressiva do valor adicionado (PLOEG, 2008; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).⁸

Quando analisada a fabricação desses nove alimentos, nota-se uma clara diferenciação com relação às matérias-primas (adquiridas ou produzidas no próprio estabelecimento rural) em relação ao tipo de estabelecimento rural: familiar x não familiar. De maneira geral, os dados apontam que, nas agroindústrias da agricultura familiar, a agregação de valor realiza-se principalmente com as matérias-primas produzidas no próprio estabelecimento. Por exemplo, no caso da goma ou tapioca, a agroindústria da agricultura familiar produz 94,09% das matérias-primas que processa, comparativamente à agroindústria não familiar. Isso acontece também para alimentos como a farinha de mandioca (94,03%) e panificados (89,94%). Em menores percentuais aparecem os embutidos (78,09%), os doces e geleias (77,66%), a rapadura (75,18%), o queijo e requeijão (67,89%) e o fubá de milho (64,02%).

Somente no caso da aguardente de cana, a agroindústria da agricultura familiar processa matérias-primas próprias em uma proporção inferior (43,39%) àquela adquirida nos mercados (56,61%).⁹ Estes dados demonstram que a estratégia de

⁸ Como se discutiu acima, a construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é chave para a reprodução do *modo de produção camponês*, o qual é orientado para a criação de *valor agregado e emprego produtivo*. Como afirma Ploeg (2006), “a condição camponesa reflete a luta constante e infindável das formas familiares de produção por *autonomia*, a qual tem como objetivo a criação de uma base de recursos autocontrolada, integrada e de múltiplo uso, que confere ao agricultor sua condição de agente no desenvolvimento rural”.

⁹ Mesmo quando as matérias-primas são adquiridas em partes nos mercados pelos agricultores familiares, estes são mercados locais, de comunidade e de parentes e vizinhos, onde os preços são negociados de forma distinta e em que as relações sociais estabelecidas (confiança, conhecimento prévio, proximidade social) flexibilizam os preços, as condições de contrato e os termos de troca. Nesse sentido, ver, por exemplo, os estudos de Wilkinson (2008) e Pelegrini e Gazolla (2008).

agregação de valores aos produtos é desenvolvida pelos agricultores privilegiando processos de transformação em que são processadas as próprias matérias-primas existentes nas unidades, principalmente as familiares, realizando-se a agroindustrialização em toda a cadeia produtiva dos alimentos. Esse procedimento permite às famílias obter maiores valores agregados, devido ao controle de todas as etapas da cadeia produtiva, além de maior autonomia frente aos mercados.

Por sua vez, quando se analisam os dados relativos às matérias-primas adquiridas, nota-se uma variação muito grande entre os produtos e os dois tipos de agroindústria, não sendo muito conclusivos. Em alguns casos, as agroindústrias da agricultura familiar adquirem mais matérias-primas de fora dos estabelecimentos do que as agroindústrias não familiares, como é o caso da farinha de mandioca, pães, bolos e biscoitos, queijo e requeijão, rapadura, e goma e tapioca. Já a agroindústria não familiar adquire maiores percentuais de matérias-primas de fora dos estabelecimentos em produtos como a aguardente de cana, doces e geleias, fubá de milho e embutidos.

De todo modo, é importante ressaltar que, para todos os alimentos analisados, com exceção dos pães, bolos e biscoitos, as quantidades de matérias-primas adquiridas de fora das unidades são muito pequenas em relação aos percentuais que se produzem internamente às propriedades rurais. No caso dos derivados de panificação, a quantidade de matéria-prima (trigo, em maior parte) produzida e comprada situa-se em proporção similar. Isso é compreensível, pois, nesse caso, as famílias têm dificuldade em produzir o cereal (plantar, manejar, colher, selecionar os grãos etc.) e transformá-lo. *Grosso modo*, o que os dados demonstram vai ao encontro daquilo que se afirmou anteriormente: a agroindustrialização pode vincular-se a uma estratégia deliberada dos agricultores de controlar o máximo possível os condicionantes da reprodução econômica das unidades de produção, com vistas, sobretudo, a aumentar o espaço de manobra frente aos mercados de insumos e fatores de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agregação de valor é frequentemente considerada o principal mecanismo propulsor de desenvolvimento econômico associado às agroindústrias rurais. De fato, o apelo qualificativo diferenciado que os muitos produtos da agroindústria rural carregam consigo, sobretudo aquela de base familiar (artesanidade, tradição, saber-fazer, origem, equidade social etc.), permite aos produtores obter um “preço prêmio” nos mercados. Em outras palavras, trata-se da obtenção de uma “renda de qualidade diferenciada” derivada de particularidades sociais, ambientais e culturais que estão sendo crescentemente revalorizadas pelos consumidores (TOUZARD, 2010). Nessa perspectiva, a remuneração mais elevada torna-se o principal responsável por garantir um diferencial de valor que cobre os custos de implantação do projeto agroindustrial e garante valor agregado aos estabelecimentos rurais.

Não obstante, essa agregação de valor também pode ser verificada a partir de outra perspectiva, associada à reestruturação das cadeias produtivas e redução dos custos de transação. Zylberstajn e Miele (2005) alegam que a agregação de valor não advém necessariamente da obtenção de um preço-prêmio, mas das mudanças na estrutura de governança setorial. Segundo os autores, as agroindústrias catalisam processos de integração vertical (vide acima os dados referentes ao uso da matéria-prima própria) que, por um lado, permitem ganhos de qualidade e agregação de valor ao produto final e, por outro, atuam como respostas minimizadoras dos custos de transação decorrentes de novos arranjos organizacionais.

Nesse enfoque, a agregação de valor passa a ser uma estratégia de desenvolvimento rural interessante na medida em que os atores sociais possuem o controle sobre os principais elos da cadeia produtiva (produção das matérias-primas, fabricação dos alimentos, administração das unidades, comercialização direta, entre outros). Os dados mostram que isso acontece principalmente nas agroindústrias da agricultura familiar, que são as responsáveis por 78,40% da agregação de valor em nível nacional. Deste modo, essa estratégia tem produzido resultados que permitem às agroindústrias internalizar a produção e o processamento dos alimentos, reduzir a dependência ao contexto institucional e construir maior autonomia em seus processos reprodutivos (PLOEG *et al.*, 2000).

Uma vez confirmada esta trajetória de integração vertical, pode-se ponderar, contudo, que a agroindústria rural reproduziria uma situação em que o valor adicionado é retido entre poucos atores da cadeia, excluindo um grande número de agricultores do fornecimento de matéria-prima. Ademais, o tamanho e o poder de barganha das agroindústrias afetariam diretamente a distribuição do valor agregado entre diferentes grupos (SCHMIDT, 2010). Essa é uma questão que necessita ser explorada a partir de estudos ancorados em experiências específicas.

Seja como for, cabe ainda ir além da dinâmica setorial e analisar os possíveis efeitos de geração de valor sobre os demais produtos do território. A agroindústria rural pode atuar como um elemento potencializador da “cesta de bens” do território (PECQUEUR, 2000). Neste caso, em vez de um consumidor do produto temos um consumidor capaz de criar uma associação mais forte com o repertório cultural que sustenta a identidade e a singularidade dos bens que consome. Disso decorre um vínculo recorrente entre a agroindustrialização e outras estratégias de qualificação da paisagem, dos costumes e da gastronomia local, impulsionando um processo de valorização destes elementos, inclusive no âmbito dos mercados. É o caso emblemático da conexão entre as agroindústrias e o turismo rural.

Finalmente, cabe ressaltar que as conclusões deste trabalho são gerais e apontam para algumas hipóteses interessantes para futuros estudos. Os dados do IBGE, tais quais são aferidos e organizados, permitem evidenciar questões interessantes sobre a agregação de valor nas agroindústrias rurais. Contudo, como apontado na metodologia, essas informações somente permitem avançar para uma caracterização geral. No futuro, serão necessárias investigações específicas sobre o valor agregado

destas iniciativas, focalizando a análise quantitativa por produto e que possibilite separar os custos de produção e de transação relativos às matérias-primas daqueles da transformação agroalimentar. Dessa forma, será possível avançar na compreensão das diferentes rendas geradas e dos reais valores agregados aos alimentos. Isso poderá ser realizado em diferentes regiões, tipos de produtos, agroindústrias (familiares e não familiares), de forma a compor uma fotografia mais detalhada da agroindústria rural no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BASTIAN, L. *et al.* Perfil produtivo da agroindústria rural nas regiões brasileiras: uma análise a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Brasília: UFMG/FACE, 2011.
- CARNEIRO, R. M.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Centro de Estudos em Conjuntura e Política Econômica, 2009.
- GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v.14, n.3, p.161-185, set./dez. 2009.
- GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.133-150.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.25, n.1, p.299-322, abr. 2004.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Florianópolis: [UFSC], 2007. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, 1. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20_Mior.pdf>.
- NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília: IPEA, n.13, p.7-15, maio 2011.
- NIEDERLE, P. A. *et al.* Os mercados e canais de comercialização para os produtos da agroindústria rural no Brasil: um comparativo macrorregional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Brasília: UFMG/FACE, 2011.

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v.14, n.3, p.75-102, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, J. A. V. *et al.* **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO, 1999.

OLIVEIRA, J. A. V. *et al.* **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul**: relatório de estudo especial. Florianópolis: Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, 2002.

PECQUEUR, B. **Qualité et développement**: l'hypothese du panier de biens. Montpellier: INRA, 2000. Anais Symposium sur le Développement Regional.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: Ed. URI, 2008.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford: Blackwell Publishing, v.40, n.4, p.391-407, Oct. 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002a. p.285-300.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: UFSC, n.31, p.133-153, abr. 2002b.

RAUPP, A. K. **Políticas públicas e agroindústrias de pequeno porte da agricultura familiar**: considerações de experiências do Rio Grande do Sul. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. 2010. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2010.

SICSÚ, J. **Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão, n.1.346).

TOUZARD, J. M. **Construction institutionnelle des indications géographiques et des signes de qualité**. [S.l.: s.n], 2010. Relatório de Pesquisa - Projeto CAPES-COFECUB n. 649-09.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.13, p.29-45, out. 1999.

ZYLBERSZTAJN, D.; MIELE, M. Stability of contracts in the brazilian wine industry. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v.43, n.2, p.353-371, abr./jun. 2005.